ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2006

ACTA Nº 13

Aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, pelas 21,25 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do art.º. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Orçamento 2007 e Grandes Opções do Plano 2007-2010

3 – Alteração aos Protocolos de Delegação de Competências celebrados entre a Câmara Municipal de as Juntas de Freguesia do Concelho

4 – Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Poceirão

5 – Parecer relativo à solicitação de isenção total ou parcial do Imposto Municipal sobre Imóveis, por parte da empresa Inapal Metal, SA

6 – Cedência de parcela de terreno sita em Outeiro – Palmela, onde se encontra implantado o Centro de Saúde de Palmela

7 – Minuta do contrato de cedência à Simarsul das infra-estruturas de saneamento do Município de Palmela

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- António Couchinho Cardoso do PS

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Charneira
- Sr. Vereador José Braz Pinto
- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sra. Dra. Carla Sofia Oliveira, justificou falta à sessão extraordinária de 10.10.2006, por motivos profissionais, tendo a mesma considerada justificada.
- Sr. António Couchinho Cardoso, justificou falta à sessão de hoje, por motivos de saúde, tendo a mesma sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. José Manuel Silvério que se encontra presente.

Solicita a aprovação da minuta das actas nº. 06 de 17.04.2006, nº. 07 de 09.05.2006 e nº. 08 de 24.05.2006, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas.

Solicita, ainda, a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Informa que a Sra. Presidente não está presente por motivos de saúde, que são do conhecimento de todos, mas a sua recuperação está a correr muito bem admitindo-se a hipótese de estar presente na reunião de Câmara a realizar amanhã. Solicitou-lhe a Sra. Presidente que agradecesse, a todos, as manifestações que lhe têm chegado ao longo deste período, que não tem sido fácil, desejando um óptimo Natal e um melhor ano de 2007.

Sensibilizado, agradece a oferta de uma lembrança que lhe foi feita pelo grupo do PSD.

Agradece a presença do público presente e aproveita para informar que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa, inicia o período destinado à intervenção dos munícipes perguntando se algum munícipe quer intervir.

Sr. Gaspar Santos, morador em Quinta do Anjo, coloca questão relativa ao abate de sobreiros para construção da via estruturante. Pergunta em que condições estão a ser abatidos os sobreiros e se o abate está a ser feito por contrato com alguma empresa. Em relação à construção da estrada pretende saber quem a vai fazer, se é a Câmara ou se é concurso público.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Vice-Presidente se quer responder de imediato à questão.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, informa que responderá mais tarde.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa** dá por terminado o período de intervenções dos Munícipes, iniciando-se de imediato o período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Presidente da Mesa, passa a ler uma Saudação, de sua iniciativa, sobre os 30 Anos do Poder Local que ficará apensa à acta.

Terminada a leitura propõe a admissão da Saudação, tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

Pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir na discussão. Não havendo intervenções, coloca a Saudação à aprovação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

Informa que tem em seu poder 1 Moção da CDU para ser apresentada.

De imediato dá a palavra ao Sr. Domingos Rodrigues da CDU para apresentar a Moção.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, apresenta cumprimentos aos presentes.

Passa a apresentar a Moção sobre Orçamento de Estado – PIDDAC 2007 que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão da Moção, tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

Pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir na discussão.

Sr. José Manuel Silvério do PS, apresenta cumprimentos aos presentes.

Em primeiro lugar lamenta a falta da comunicação social nesta Assembleia.

Em relação à Moção quer dizer que os números são como o algodão porque não mentem. Os números do ano passado e os deste ano do PIDDAC para Palmela, no seu conjunto, são mais do que nos últimos dez anos.

A Moção sofre de um equívoco, porque não houve, como é referido, uma redução de um vírgula oito de 2006 para 2007, mas sim, um aumento substancial. Em 2006 o valor do PIDDAC

foi de setecentos e sessenta e sete mil e seiscentos e quarenta e cinco euros e o de 2007 é de um milhão seiscentos e noventa e sete quinhentos e setenta e um euros.

Em relação ao PIDDAC em anos anteriores, quer dizer que o de 2003 foi trezentos e oitenta e três mil e seiscentos euros, tendo sido apresentada uma Moção e houve algumas intervenções. Em 2004, houve um engano inicial onde só constavam vinte e cinco mil euros tendo sido posteriormente rectificado para trezentos e noventa mil euros, dos quais cem mil euros estavam destinados a Marateca, para um organismo ligado ao Instituto Ricardo Jorge, que já estava fechado pelo que a verba não foi utilizada. Em 2005, foi de cento setenta e um mil e quinhentos euros. Nesse ano, as pessoas que representavam o Governo do PSD/CDS, nesta Câmara, diziam que o PIDDAC iria passar para entidades regionais pelo que não se percebe porque é que votaram contra as regiões. Em 2006 e 2007, com o Governo do Partido Socialista, o PIDDAC aumentou. É certo que estas verbas são para a escola de Poceirão/Marateca que faz parte do Concelho, pelo que questiona se terão a coragem de dizer que não deveria ser atribuído dinheiro a esta escola. Será que o complexo da CDU, e da Câmara, é tão grande pelas "cambalhotas" que tiveram que dar em relação àquela escola e pelos "sapos vivos" que tiveram que engolir.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, aproveita para saudar todos os presentes e desejar umas Boas Festas, em seu nome pessoal, da bancada do PSD e do Partido Social Democrata, solicitando que, em especial, sejam transmitidos à Sra. Presidente da Câmara estes mesmos votos.

Em relação á Moção refere que, em sua opinião, a primeira parte da mesma, peca por excesso de números, não os pondo em causa porque quem a elaborou deverá ter-se documentado. Refere que o ponto 4 deveria ser alterado, em termos de português, para ficar mais perceptível.

Em relação à intervenção anterior do Sr. José Manuel Silvério, diz que todos os factos referidos são verdade. O PIDDAC de 2003 foi péssimo, o de 2004 foi mau e foram apresentados em tempo de Governo do Partido Social Democrata em coligação. Relembra a posição dos eleitos do PSD, nesta Assembleia, face a essa situação, dizendo que votaram favoravelmente as Moções que foram apresentadas e manifestaram solidariedade total para com a população de Palmela, porque acharam que aquele PIDDAC era algo desprestigiante. Votaram a inclusão de mais obras, em conjunto com a população de Poceirão, e é certo que foi um Governo do Partido Social Democrata que assinou o contrato e que arrancou com as obras da escola. Isto quer dizer que o valor que hoje nos é apresentado foi graças a uma obra lançada por um Governo do PSD.

Refere que os Bombeiros de Águas de Moura também têm um quartel para construir, que se encontram à espera de assinatura do projecto e desde que mudou o Governo nada aconteceu.

É óbvio que não podem querer que se faça tudo, porque também a Câmara Municipal tem muita obra por fazer e não exigiriam que se fizessem todas de uma vez, mas enquanto oposição irão exigindo que alguma se faça.

A mesma situação ocorre em relação ao investimento da Administração Central no nosso Concelho. O que verificou foi um retrocesso, porque toda a gente sabe como está a situação do Posto de Saúde em Pinhal Novo, que é pura e simplesmente dramática. Se a tudo isto juntarmos novas regras que, de vez em quando, alguns dos nossos "iluminados" se lembram de lançar, sem

conhecerem a realidade, como é o caso dos funcionários públicos terem de se deslocar aos centros de saúde para obter atestado de doença. Até se concorda com o princípio, mas a questão principal é a da sua exequibilidade.

Quanto à vala da Salgueirinha, as variantes, os pavilhões desportivos são obras necessárias mas não as queríamos todas no PIDDAC porque seria impossível. Queríamos alguma boa vontade, algum sinal, qualquer coisa mais para além de uma obra lançada por um Governo do PSD e do CDS já há algum tempo.

Gostaríamos também que a posição do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, não fosse consoante quem está no Governo. A posição do Partido Social Democrata, hoje, vai ser exactamente a mesma que a de há alguns anos atrás, ou seja, vão votar favoravelmente.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, apresenta cumprimentos aos presentes.

Folga com a informação que foi dada sobre a evolução positiva e as melhoras da Sra. Presidente, e aproveita para desejar a todos, bem como respectivas famílias, Boas Festas em seu nome pessoal e da bancada do Partido Socialista.

Em relação à Moção apresentada pela CDU, para além das questões apontadas relativamente aos números, gostaria de referir, mais uma vez, a sua posição relativamente à inconsistência deste tipo de documentos. A continuarmos a fazer política desta forma não iremos muito longe. Quanto aos números, pensa que está tudo dito porque já foram feitas duas intervenções sobre o assunto, mas o que está em causa com esta Moção, nomeadamente no que se refere às questões relacionadas com os projectos estruturantes, acha que se tem de ir mais longe. Os grupos políticos, e a própria autarquia, têm que avançar com estudos mais aprofundados sobre estas matérias. Não faz sentido falar da unidade de saúde de Pinhal Novo, nos pavilhões desportivos, nas ruas ou nas ribeiras sem falar naquilo que está por detrás disto: o que é a saúde, a educação, as obras públicas, o ambiente, as questões da administração interna e da justiça para o nosso Concelho. A questão dos tribunais ou dos quartéis não se pode ver isoladamente, mas tem que se ver de uma maneira planeada, organizada, questionando as políticas, qual o enquadramento e o planeamento geral a vários anos, para que se possa reivindicar alguma coisa. Caso contrário, estas coisas vão e vêm, põem-se no PIDDAC, e não é só reivindicar porque há um conjunto de estudos do ponto de vista económico e financeiro que têm que se fazer a nível do Concelho.

A sua critica vai mais uma vez para a falta de consistência e de aprofundamento, porque quanto mais aprofundadamente o nosso Concelho apresentar estudos, maior capacidade reivindicativa pode ter perante os Governos.

Em seu entender, esta Moção não merece aprovação, pela sua inconsistência e é meramente um panfleto de agitação que não tem, do ponto de vista material, a justificação suficiente para que possa ter uma votação positiva.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz não ter muito a acrescentar àquilo que os defensores da Moção já disseram.

A sua intervenção tem a ver com um pormenor, mas que não porá em causa a aprovação da Moção porque na generalidade concorda com a mesma.

A Moção refere a necessidade do Tribunal Judiciário de Palmela que, em sua opinião, é uma obra a dispensar. A população de Palmela, de uma maneira geral, pouco vai a Tribunal e mesmo que o faça, fá-lo uma ou duas vezes na vida. Deste modo, poupar-se-iam verbas tão necessárias para outras obras.

Sr. Presidente da Mesa, esclarece que a obra do Tribunal de Palmela se justifica plenamente porque, ao contrário do que o Sr. Carlos Guinote disse, Palmela tem um conjunto muito alargado de gente que recorre aos tribunais e o Tribunal de Setúbal faz sentir essa situação com frequência.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, apresenta cumprimentos aos presentes.

Diz que compreende algum mal-estar no seio do Partido Socialista relativamente a estas matérias. Gostaria de recordar que no passado, o Partido Socialista já votou favoravelmente Moções, que se calhar bastaria tirar algumas vírgulas e alguns números, de idêntico pendor e de idêntica reivindicação quando não era Governo. Esta questão convém não apagar da nossa memória.

Em relação à escola do Poceirão/Marateca não vale a pena referir. Há todo o mérito do Sr. José Manuel Silvério como ilustre cidadão, que muito bem soube movimentar a população da sua freguesia, mas os louros têm que ser repartidos por todos os participantes. Ao contrário do que se tentou dizer durante o processo, a Câmara Municipal de Palmela teve um papel determinante, não só pela cedência do terreno, mas por toda a pressão que conseguiu fazer enquanto órgão autárquico, em conjunto com a Assembleia Municipal. Não há que trocar os campos porque sempre estiveram e estarão do mesmo lado.

Não teve oportunidade de dissecar a Moção do ponto de vista de aferir os números, saber se houve acréscimo ou decréscimo, mas julga que são questões de pormenor que se corrigem.

O que é incorrigível é o desconforto político que alguns senhores membros possam ter. Estão num órgão político que tem que tomar uma posição, não necessitam desses estudos até porque eles existem, são feitos pela administração central e a administração local também participa nos mesmos, seja ao nível mais próximo do cidadão como as Juntas de Freguesia, seja ao nível da Câmara Municipal. Os serviços da administração central admitem, por ofício, que o pavilhão da Escola Secundária de Pinhal Novo é uma necessidade gritante. É um escândalo termos uma escola construída em 1987, sem um pavilhão, e que já no tempo do Governo do Partido Socialista, em 1993, foi dito que chovia pouco a sul do Tejo e que a questão da prática da educação física podia ser feita ao ar livre e, por isso, se podia aguardar mais uns anos. Acontece que os pavilhões vão sendo feitos noutros pontos do País, mas em Pinhal Novo continuam a ser castigados, não sabe se é por causa de alguma referência. Em relação ao Tribunal, diz que é necessário estarem bem informados, porque grande parte dos processos que "entopem" o Tribunal de Setúbal são processos do Concelho de Palmela, que vão desde as questões dos menores, à pequena delinquência e criminalidade. Sobre as outras obras, pergunta quem questiona a importância de vias estruturantes alternativas às actuais estradas nacionais, numa zona que está no coração da península de Setúbal e num Concelho que é atravessado por duas grandes auto-estradas.

Sem dúvida que há aqui algum desconforto em admitir que esta é uma Moção justa, e era interessante, e sobretudo meritório, que pudessem estar unidos senão na forma pelo menos no conteúdo.

Termina dizendo que é necessário que alguém faça prevalecer os interesses do Concelho de Palmela, que reivindique e se indigne pelo facto de, sucessivamente, de ano para ano, o nosso Concelho ser menosprezado no investimento por parte da Administração Central.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, diz que a sua bancada não alinha em "andar à roda". Não vão fazer intervenções acerca de números porque têm em seu poder os números oficiais. O que é essencial nesta Moção, são os sete pontos que lá vêm descritos e era importante analisar-se se estas reivindicações, que já vêm de longa data, são justas e necessárias para o Concelho. Lastimam que, nesta Assembleia Municipal, esta Moção seja considerada um panfleto de agitação. Gostariam que os munícipes estivessem aqui e pudessem analisar uma reivindicação tão importante.

Termina dizendo que lastimam a posição do Partido Socialista e que irão, como é óbvio, votar favoravelmente esta Moção.

Sr. Presidente da Mesa, refere que vai dar a palavra ao Sr. José Manuel Silvério, a título excepcional, uma vez que já interveio sobre esta matéria.

Sr. José Manuel Silvério do PS, em relação ao que aqui foi dito sobre o desconforto diz que a CDU tem a posição que tem, porque nunca esteve no Governo, não pede para estar a governar e possivelmente faria tudo o que os trezentos e oito concelhos pedem e o dinheiro cairia do céu e daria para tudo. No entanto, entende que há obras em Palmela que há muito deveriam ter sido feitas.

Não percebe a posição do PSD em desafiar o PS para ter uma atitude de coerência com o facto de o PS estar ou não no Governo. Quem nunca teve uma posição de coerência foi o PSD, porque tem em seu poder afirmações e votações que contrariam o que o Sr. Carlos Vitorino afirmou. Em 2003, o Sr. Dr. Bracinha Vieira, na qualidade de vereador, absteve-se na votação da Moção tendo na altura referido que as verbas atribuídas a Palmela o deixaram magoado mas o seu voto era no sentido de fidelidade ao partido.

Está de acordo com a afirmação do Sr. Dr. Álvaro Amaro quando este diz que o Concelho de Palmela é maltratado, só que não é por acaso, é porque se deixa tratar mal.

Refere ainda afirmações feitas, em 2003, pelo Presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Luis Rodrigues, quando questionado por um órgão de comunicação social sobre a forma como o Concelho de Palmela e a Presidente Ana Teresa Vicente eram tratados, onde este diz: *"… a Sra. Presidente da Câmara de Palmela não é penalizada, o que ela não sabe é trabalhar …".* Também em Novembro de 2004, o Sr. Dr. Bracinha Vieira, enquanto vereador, na votação de uma Moção da Câmara Municipal diz que: *"… sente-se mais uma vez triste mas no Governo do PSD/CDS disseram-me que o PIDDAC está a passar para as entidades regionais …"*, o que levou a Sra. Presidente da Câmara a responder: *"… não se pode ficar triste e ser conivente com esta forma de tratar o Concelho de Palmela …".* Por sua vez o Sr. Vereador José Manuel Charneira dizia: *" … se*

eu fosse vereador do PSD pedia a demissão …" e o Sr. Vereador Adilo Costa afirmou: *"… isto está a ser doutrina no PSD …".*

Perante afirmações desta natureza pergunta como é que o PSD pode vir para esta Assembleia dizer para o Partido Socialista tomar cuidado e ser coerente. Termina afirmando que é coerente e não pode aceitar que esta Moção contenha informações que não são correctas.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra ao Sr. Dr. Bracinha Vieira terminando com esta intervenção o período de discussão da Moção da CDU.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD apresenta cumprimentos aos presentes.

Em relação às intervenções anteriores, diz que o Partido Socialista e o Partido Social Democrata têm, há trinta anos, responsabilidades fundamentais na governação do País e muito têm feito por Portugal, dependendo das conjunturas externas e de um certo número de factores que têm condicionado, e condicionam ainda hoje, as políticas desenvolvidas.

No entanto, têm que reconhecer que, invariavelmente, Palmela tem sido tratada pelos vários Governos, de uma forma que é inacreditável e em sua opinião incompreensível. Tem tentado arranjar explicações para este facto mas nunca conseguiu encontrar uma explicação muito clara, porque, sejam Governos Sociais Democratas, Socialistas ou de coligação, o tratamento dado a Palmela tem sido péssimo.

Posto isto, e compreendendo que tem que haver uma forte racionalização e disciplina das despesas do investimento público, quer dizer que estes sete investimentos que estão elencados nesta Moção já estão há muito tempo estudados, sobre todos os aspectos possíveis e imaginários. São investimentos altamente prioritários e certamente, nenhum Governo, teria capacidade de subitamente arrancar com todos eles, mas era razoável que arrancasse com dois ou três. Muitos deles já estiveram em PIDDAC como é o caso do Tribunal, da vala da Salgueirinha, e da variante à EN 252 que é uma obra central a nível da península de Setúbal.

Gostaria que todos nós conhecemos que o PIDDAC de Palmela tem uma verba substancial afectada às redes que protegem a estrada da Figueirinha. Gostaria de saber se para o Partido Socialista o Concelho de Palmela se estendeu em direcção ao Sado e ao mar ou se há um erro.

Finalmente, pede ao Sr. José Manuel Silvério que em qualquer intervenção que faça lhe possa facultar, não os apontamentos da sua intervenção, mas as actas onde constem essas intervenções, de modo a poder defender-se pessoalmente daquilo que lhe é atribuído. Recorda-se da intervenção do Sr. Vereador Charneira por ter ficado aborrecido e ter reagido com violência, dentro de relações de amizade.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à votação tendo sido aprovada por maioria com 20 votos a favor (15 CDU, 4 PSD e 1 BE) e 6 votos contra do PS.

De imediato dá a palavra ao Sr. Carlos Guinote do BE para apresentar a sua Moção.

Sr. Carlos Guinote do BE, apresenta Moção sobre "Referendo de 11 de Fevereiro de 2007"que ficará apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão da Moção, tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

Pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir na discussão.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS apresenta cumprimentos aos presentes.

A posição do Partido Socialista é bem conhecida de todos e a sua posição pessoal não vincula o partido.

Diz que não é interrupção voluntária de gravidez, porque se fosse voluntária não havia interrupção da gravidez. De facto é interrupção forçada da gravidez, porque nunca foram criadas as condições para que a mulher pudesse abortar. A mulher é forçada a abortar e é aqui que temos que pôr o dedo na ferida. Nenhuma mulher que está grávida aborta voluntariamente nas condições que temos, aborta porque é forçada, aborta porque não tem opção. Todos nós, desde o Bloco de Esquerda, Partido Socialista, Partido Comunista e Partido Social Democrata, tapamos o sol com a peneira, damos-lhe o nome pomposo de interrupção voluntária de gravidez para, de alguma forma, escamotearmos o não termos sabido defender a maternidade e termos politicas sociais que levassem ao que está a acontecer. É esta a sua posição e sente-se agredido quando houve a expressão "interrupção voluntária da gravidez". Temos que saber falar verdade, temos de não pôr nomes pomposos nas coisas e apontar o dedo ao cerne do problema.

A sua posição, como médico, cidadão e membro do Partido Socialista, é de Sim à Despenalização e Não ao Aborto. Tem que defender a vida, mas também tem de defender a dignidade humana. Neste momento é a solução possível mas não pode deixar de perder de vista todo o programa social, solidariedade social e esforço desta sociedade que tem de existir para que esta interrupção voluntária de gravidez deixe de fazer parte da nossa prática.

Em relação à Moção, diz que não concordam com o último parágrafo, uma vez que não o acham exequível. A Assembleia Municipal não tem meios, nem capacidade, para promover debates públicos desta natureza e da forma como vem referida na Moção, pelo que não vão poder votar favoravelmente.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, em primeiro lugar refere que foi com agrado que ouviu as palavras do Sr. Dr. Miranda Lemos sobre a problemática em discussão. Informalmente já trocou impressões sobre o assunto e existem muitas questões relativas ao Aborto que se contrapõem e há diversos valores que merecem um debate.

Pesando os prós e os contras, face à situação actual vigente, a sua posição pessoal é no sentido de votar Sim. É contra o Aborto porque acha que deve ser considerado como última instância devido às circunstâncias da actual lei. Não é pela sua opinião que tem moral para condenar quem tem uma posição contrária à sua, uma vez que é uma posição que merece todo o respeito.

A Moção apresentada é semelhante à que foi aprovada ontem na Assembleia de Freguesia de Pinhal Novo. Em relação ao terceiro parágrafo retirava a palavra clandestino. Em relação ao último parágrafo, sugere que a intervenção possa ser alargada a todos os partidos e não só aos representados na Assembleia Municipal. Quanto à questão colocada pelo Dr. Miranda Lemos, quanto à exequibilidade, sugere a formação de uma comissão coordenada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal que decidirá qual a melhor forma de promover o debate, uma

vez que este órgão não tem meios para fazer mais do que uma ou duas sessões. Termina dizendo que se estas questões forem aceites pelo proponente, o Partido Social Democrata votará favoravelmente a Moção.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, em relação ao assunto da Moção diz que houve uma oportunidade flagrante para resolução deste problema na Assembleia da República, sendo bem conhecida a posição de todos os partidos.

A sua posição pessoal é pelo Sim, vai para a campanha pelo Sim mas não vai enquanto membro da Assembleia Municipal. Isto quer dizer que devíamos ser justos naquilo que às vezes não temos coragem de dizer. Concorda quase na totalidade com a intervenção do Sr. Dr. Miranda Lemos em relação ao último parágrafo porque, para além de não haver condições por parte da Assembleia, a Moção não é concreta em relação às organizações envolvidas e poder-se-ia cair num grande erro. Não tem nada contra esta Moção pela ideia de debate que propõe, a posição da CDU é pelo Sim, mas a nível da Assembleia a bancada da CDU vai votar contra a Moção.

Sr. Carlos Guinote do BE, refere que o Sr. Dr. Miranda Lemos veio aqui jogar com as palavras da Moção. Amplo debate quer dizer uma ou duas reuniões desde que se criem condições para o debate. Pode ser um em Palmela e outro em Pinhal Novo, como pode ser em cada uma das freguesias, desde que a população fosse informada e participasse. Será amplo consoante a participação das pessoas e o empenho que se tiver na informação. Acha que a Assembleia Municipal poderia fazer um esforço nesse sentido.

Em relação à sugestão Sr. Carlos Vitorino para retirar o termo “clandestino”, não concorda porque há uma diferença muito grande entre o aborto clandestino e o aborto que é feito em clínicas de luxo no estrangeiro. Ao retirar esta palavra retirava-se conteúdo à Moção, porque o que aqui está em causa são as mulheres que têm que o fazer em condições difíceis.

Quanto à intervenção do Sr. Domingos Rodrigues tem a dizer que o Bloco de Esquerda não está contra que se decida, ou não esteve contra que se decidisse, este problema na Assembleia da República. O Bloco de Esquerda percebeu que o Partido Socialista só queria seguir esta via e por isso foi realista. Sabendo o Bloco de Esquerda que o PS não queria a resolução da questão na Assembleia mas sim o Referendo, apoiou esta solução e têm feito todos os esforços para que este se realize, pelo que não percebe a posição da bancada da CDU. Em relação á questão das organizações diz que é um falso problema, porque há várias que estão a recolher assinaturas para poderem ter voz sobre o assunto.

Sr. Presidente da Mesa, diz que estão a cerca de vinte minutos do tempo regulamentar para o fim do período de Antes da Ordem do Dia e ainda há três inscrições. A seguir ainda há uma Moção sobre o derrube de sobreiros em Quinta do Anjo, e haverá lugar à sua discussão. Deste modo relembra que não se deverá ultrapassar muito o tempo estabelecido porque a Ordem de Trabalhos é muito extensa e amanhã é dia de trabalho.

Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU, diz que muitos dos presentes nesta sala estão a ser confrontados com a apresentação duma Moção muito sui generis pela sua forma e proposta de deliberação final.

Refere que não está veiculado à decisão da Assembleia de Freguesia de Pinhal Novo, porque não vota neste órgão, mas verificou que esta Moção gerou alguma confusão. Foi surpreendido pela forma desta Moção e pela solução deliberativa final. Pretender-se-á que a Assembleia seja um órgão de comunicação social que vai promover debates para a população assistir? Diz nada ter contra o debate e julga que quanto mais se falar sobre o assunto possivelmente afastar-se-ão muitos fantasmas, muitos preconceitos e muitas ideias erradas e a sociedade portuguesa está decididamente embalada para o Sim. No entanto, questiona-se da necessidade de ser a Assembleia Municipal a assumir o protagonismo de promotora da organização de um debate, quando de facto quer os movimentos cívicos, que estão a formar-se para terem voz e expressão sobre a matéria, quer os partidos políticos que farão cada um a sua campanha, terão os espaços próprios. Em sua opinião, não há necessidade de envolver a Assembleia Municipal nesta tarefa organizativa, porque existem muitas outras matérias quer de interesse nacional, quer de interesse para o município, que obrigariam a que sistematicamente fossem promovidos debates por este órgão. Acha que deveria ser dado espaço à sociedade civil e à comunicação social para organizar este debate no Concelho.

Sra. Dra. Celeste Oliveira do PSD, apresenta cumprimentos aos presentes.

Diz que é a favor da despenalização, é pelo Sim mas tem apenas uma preocupação. Acha que os debates são importantes para esclarecer mas acha também que se deve clarificar e informar que o Aborto é o último recurso. Pelo que se tem apercebido em algumas conversas é que o Aborto está a ser interpretado como mais um método contraceptivo, como acontece com a pílula do dia seguinte, em que os adolescentes já a compram como se fosse um contraceptivo normal.

Sr. Engº. Carlos Martins do PS, vai exprimir uma atitude pessoal e de grande indignação. Nas sociedades democráticas há os que dizem que estão pelo Sim e os que estão pelo Não, todos merecem respeito do ponto de vista de ética e daquilo que é preciso em termos de discussão.

Pessoalmente não respeita aqueles, e aquelas, que estão pelo Não por uma razão: não respeita quem é mentiroso e quem é hipócrita. Quem está pelo Não tem uma atitude por detrás, uma atitude que defende os privilégios, defende os ricos e defende aqueles que tudo compram com dinheiro até o direito à própria vida. Não está aqui em causa sermos pelo Aborto ou não. Está toda a gente de acordo que todos somos contra o Aborto. Hoje defender o Não na sociedade actual é hipócrita, é mentiroso, é um privilégio de classe de quem tudo compra.

Sr. Presidente da Mesa, informa os membros da Assembleia que se esta Moção for aprovada será muito difícil ao Presidente da Assembleia promover debates desta natureza.

Para uma reflexão sobre o assunto propõe que seja efectuado um pequeno intervalo, cerca das 22,45 horas.

Retomados os trabalhos, após intervalo, cerca das 22,50 horas o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido rejeitada com 21 votos contra (15 CDU, 6 PS), 4 abstenções do PSD e 1 voto a favor do BE.

De imediato dá a palavra à bancada do PS para apresentar a sua Moção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, apresenta a Moção que fica apensa à acta.

Sr. Presidente da Mesa, propõe a admissão da Moção, tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

Sugere, antes de se iniciar a discussão da Moção, a possibilidade de a Câmara Municipal responder à questão colocada pelo munícipe Sr. Gaspar Santos uma vez que tem a ver com o assunto apresentado na Moção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, não concorda com a proposta do Sr. Presidente da Mesa por achar não ser a altura mais correcta para o esclarecimento ser feito. Deverá ser dada no período de esclarecimentos a serem efectuados pela Sra. Vice-Presidente da Câmara.

Sr. Presidente da Mesa informa que, apesar do protesto do Sr. Dr. Miranda Lemos, a Sra. Vice-Presidente da Câmara irá intervir. Esclarece ainda que as respostas aos munícipes são dadas no período imediato à sua intervenção. Neste caso concreto entendeu-se que poderia haver mais alguém, dos munícipes ou membros da Assembleia, que quisesse colocar mais questões e assim seriam todas respondidas na mesma altura.

De imediato dá a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, apresenta cumprimentos aos presentes e votos de Boas Festas.

É sua opinião que a questão dos sobreiros se está a transformar numa espécie de pretexto ou de obsessão/fixação ambientalista. Defende a preservação das espécies que estão reconhecidas como espécies protegidas quer sejam animais, vegetais, florestais.

Neste caso concreto existe uma falsa questão, uma vez que a Câmara Municipal plantou, num terreno contíguo, o dobro dos sobreiros que estão a ser abatidos e esperou dois anos e meio que fosse autorizado, pela Direcção Geral de Recursos Florestais, o abate destes treze sobreiros. Significa que não há planeamento que resista a esta morosidade do Poder Central relativamente às questões colocadas pelo Poder Local. Em rigor não é uma área de lazer que esteja a ser afectada, uma vez que a área referida pelo Partido Socialista é a área do perímetro do circuito de manutenção e não é minimamente descaracterizada ou afectada por esta intervenção.

Esta intervenção e esta obra, vêm viabilizar definitivamente uma antiga reivindicação local que é a de resolver o problema de trânsito da rua 5 de Outubro. Quando as soluções começam a ser consideradas, aparece o Partido Socialista com estas questões que não são mais do que armas de arremesso político.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Vice-Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, apresenta cumprimentos aos presentes. Pede desculpa por não ter respondido de imediato ao Sr. Munícipe até porque pensou que o período de Antes da Ordem do Dia seria mais curto. Não quer de maneira nenhuma interferir na discussão da Moção, mas vai responder às questões colocadas pelo Sr. Gaspar Santos.

Relativamente ao abate dos sobreiros diz tratar-se de uma empreitada adjudicada a uma empresa. Foram, abatidos treze sobreiros e plantaram-se trinta novos sobreiros.

A via norte-sul vai ser executada pela Pelicano no âmbito da operação de loteamento, como de resto sempre tem sido afirmado ao longo do processo.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD apresenta cumprimentos aos presentes.

Acha que as suas questões deveriam ter sido colocadas antes da intervenção da Sra. Vice-Presidente da Câmara.

Relativamente à questão dos sobreiros gostaria de saber se existe licença de abate e qual o seu fundamento. Pergunta se terá sido evocado o interesse público. Pergunta ainda, se os trinta sobreiros plantados, estão de acordo, em termos de área, com os 1,25% referidos na lei, uma vez que o sobreiro é uma espécie muito sensível.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS gostaria se saber quem promove o abate dos sobreiros, se é o promotor do empreendimento ou se é a Câmara Municipal.

Refere a sua preocupação relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Expressou claramente a menorização do substrato da democracia, o Poder Local, o alicerce da democracia que todos nós temos celebrado ao longo de anos. Refere uma decisão da Assembleia Municipal, tomada por unanimidade sobre esta matéria que não foi respeitada pela Câmara nem pelo Ministro da Agricultura. Se ao Ministro da Agricultura ainda releva, no longínquo Poder Central onde lhe chegam algumas notas mais ou menos deturpadas, à Câmara Municipal assaca toda a responsabilidade. Por este facto, interroga-se sobre o que se está aqui a fazer.

Não é fundamentalista em termos de ambiente, é um ser humano razoável que se move dentro da razoabilidade e tem que reconhecer as suas fraquezas para pedir ajuda. Há coisas que o transcendem que são os princípios, e o princípio para que foi eleito foi para uma Assembleia Municipal que tem um carácter de fiscalização e obriga a Câmara nas suas decisões.

Achou estranha a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo porque, apesar de na altura não pertencer a esta Assembleia, deveria saber que a deliberação deste órgão sobre o não abate aos sobreiros, foi tomada por unanimidade com a votação da bancada a que pertence. O que aqui está posto em causa é a relação perversa que neste momento se criou, entre a Assembleia e a Câmara Municipal.

Termina dizendo que se sente ofendido enquanto membro desta Assembleia Municipal, pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, esperando que tenha sido um lapso da sua parte.

Sr. Presidente da Mesa, refere que este período já está ultrapassado em vinte minutos e ainda estão inscritos dois membros para usarem da palavra. Após estas intervenções dará a palavra à Sra. Vice-Presidente da Câmara para responder às questões colocadas e passar-se-á de imediato à votação da Moção.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, em sua opinião esta Moção é o exemplo de uma boa Moção apresentada de uma forma errada. Não é respeitoso para com esta Assembleia ser apresentada subitamente uma Moção, sem ter sido previamente distribuída aos seus membros ou pelos menos aos líderes dos respectivos grupos. Deste modo, não tiveram a mínima possibilidade de olhar para o texto da Moção e preparar a discussão.

Sendo uma boa causa pela qual sempre se bateram, relembra uma Moção de Censura sobre este problema apresentada pelo PSD na última sessão do mandato que terminou em 2002, de carácter muito delicado, pelo que, em termos substanciais acha a Moção muito pertinente.

Fala-se muito em governar para as pessoas, mas governar para as pessoas não é apenas governar para satisfazer os interesses de um pequeno número de pessoas, é também governar para as futuras gerações. Acha que, à medida que se vai destruindo a natureza, vai-se destruindo as nossas raízes, as raízes do nosso território, e isso vai empobrecer-nos a todos, bem aos nossos vindouros.

Sr. Carlos Guinote do BE, refere que o Bloco de Esquerda, nas anteriores eleições autárquicas, fez uma campanha contra a via estruturante. O candidato era independente, mas de qualquer modo pareceu-lhe pertinente essa oposição.

Está veiculado a uma afirmação que não foi negada pelo executivo, que é ter garantido que o que se pretende fazer agora não se faria. No ano dois mil, o então Presidente da Câmara, Carlos de Sousa, com o apoio da sua Vereadora e actual Presidente, prometeu em reunião pública com a população da aldeia, que os problemas da acessibilidade decorrentes dos novos empreendimentos, seriam tratados e desenvolvidos, fora do perímetro urbano de modo a escoarem na zona de Vale d'Alhos.

O problema dos sobreiros plantados para suprir o corte de outros é um bocado complicado porque um sobreiro leva trinta anos a desenvolver e não se sabe se, por interesse publico, daqui a dez ou vinte anos não se vão cortar esses sobreiros que se plantaram agora.

Termina dizendo que se não for devidamente esclarecido está com dificuldade em votar esta Moção.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Vice-Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, respondendo às questões colocadas pelo Sr. Membro Fernando Nascimento informa que o fundamento para a licença do abate foi a invocação da utilidade pública, por parte da Câmara Municipal, tendo em conta a necessidade da via norte-sul. Foi solicitado um projecto de reflorestação que foi executado e apresentado, tendo o mesmo sido aprovado.

Sr. Presidente da Mesa, coloca a Moção à votação tendo sido rejeitada com 15 votos contra da CDU, e 11 votos a favor (6 PS, 4 PSD e 1 BE).

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa,** dá início ao período da Ordem do Dia.

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, faz a leitura da Introdução ao Relatório da Actividade Municipal.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, em relação à queda da cobertura do pavilhão do Quintajense Futebol Clube, ocorrida recentemente e que poderia ter sido uma tragédia, pergunta o que foi feito em termos de protecção civil. Pergunta ainda, o que pensa a Câmara Municipal fazer, em termos de prevenção, relativamente aos outros pavilhões existentes nas colectividades do Concelho.

Sr. Presidente da Mesa, refere que o Sr. Carlos Vitorino deu uma volta ao texto e introduz aqui matéria que deveria ter sido tratada no período de Antes da Ordem do Dia que foi dado por terminado. Não lhe ocorre que na informação apresentada neste ponto venha referido este assunto. Compreende e acha que temos todo o direito de discutir os assuntos, mas devemos fazê-lo no período certo.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, em nome da bancada do PSD apresenta um protesto em relação à intervenção do Sr. Presidente da Mesa. O ponto em discussão trata da actividade municipal e não é apenas a actividade municipal que vem vertida na informação da Sra. Presidente. Pensa que a actividade municipal abarca toda a actividade de âmbito municipal que decorreu no período entre as sessões da Assembleia.

Sr. Presidente da Mesa, pede ao Sr. Carlos Vitorino que lhe diga quanto tempo, em termos regimentais, dá o Presidente da Mesa para a discussão deste ponto.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, responde dizendo que, em termos regimentais, o Sr. Presidente da Mesa é livre de decidir e estipular o período para esse ponto.

Sr. Presidente da Mesa, refere que não decide porque o tempo está previsto no Regimento e hoje, o período de Antes da Ordem do Dia foi largamente esgotado. Neste momento estamos no ponto nº. 1 do período da Ordem do Dia. Ora, se o Sr. Carlos Vitorino e os outros membros da Assembleia vierem fazer intervenções sobre coisas que não fazem parte desta

matéria, pergunta a que horas irão terminar a discussão deste ponto. Neste momento qualquer membro da Assembleia tem a mesma possibilidade de discutir aquilo que queria discutir no período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Carlos Vitorino do PSD responde dizendo que em quase todas as Assembleias Municipais à volta deste Concelho, de maioria CDU, as sessões com matérias mais demoradas são agendadas para mais de um dia. Por mais de uma vez já perguntou porque que é que esta Assembleia não faz o mesmo. Deveriam evitar-se sessões tão longas como vai acontecer hoje.

Sr. Presidente da Mesa diz que, relativamente a esta última questão, até poderá estar de acordo.

De imediato pergunta se mais alguém quer intervir neste ponto. Não havendo mais intervenções, dá a palavra à Sra. Vice-Presidente da Câmara para responder à questão colocada.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, em relação à queda da cobertura do pavilhão do Quintajense diz que todos sabem que poderia ter sido uma tragédia mas felizmente não o foi. Neste momento, estão a trabalhar em conjunto com o clube, no sentido de remover a estrutura por uma questão de segurança da envolvente. A Protecção Civil Municipal entrou rapidamente em acção logo que se verificaram os primeiros sinais de derrocada do edifício e, respondendo às questões referidas pelo Sr. Carlos Vitorino, está a ser programado um conjunto de vistorias às instalações mais antigas de colectividades desportivas e recreativas e outras instituições, uma vez que nada fazia prever uma situação como a que ocorreu. Há explicações técnicas para o que aconteceu, mas neste momento procurou-se o máximo de segurança e está-se a intervir no sentido de serem tomadas todas as medidas para que no futuro não volte a acontecer. Termina referindo que na última reunião de Câmara, foi atribuído um subsídio para que o Quintajense possa remover os escombros, com o acompanhamento técnico do Município.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se há mais alguma intervenção sobre este ponto.

Sr. José Manuel Silvério do PS, pergunta porque é não são publicados os dados do controle de águas por freguesia.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, responde dizendo que os resultados do controle de águas são públicos e encontram-se afixados nos edifícios da Câmara Municipal e Juntas de Freguesia e referem todos os dados.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** passou de imediato ao ponto dois.

2 – Orçamento 2007 e Grandes Opções do Plano 2007-2010

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Vice-Presidente se quer aduzir alguns esclarecimentos à proposta.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, diz que gostaria de aduzir mas dado o adiantado da hora não sabe se justifica.

De qualquer modo refere que o Orçamento para 2007 e Grandes Opções do Plano para 2007/2010 estão fortemente condicionados por alterações significativas no quadro financeiro do Município para os próximos anos.

Em primeiro lugar, verifica-se uma redução das receitas previstas em resultado de dinâmicas mais globais que não dependem da acção municipal, nomeadamente as alterações ao Orçamento de Estado para 2007 e a nova Lei das Finanças Locais, os novos encargos e competências atribuídas aos municípios e a possível diminuição da derrama em resultado da alteração da sua forma de cálculo.

Por outro lado, verificam-se também quebras significativas nas taxas municipais, designadamente as taxas de loteamento e obras, correspondendo a uma fase de evolução do nosso Concelho em que já se verifica um abrandamento do ritmo de crescimento urbanístico.

Face ao novo quadro financeiro, torna-se necessária uma reprogramação dos investimentos municipais, obrigando a uma criteriosa definição de prioridades, no respeito pelos compromissos assumidos com as populações para este mandato e também dos que resultam dos processos de participação dos cidadãos na gestão municipal.

De igual forma se procura manter o equilíbrio e o desenvolvimento sustentado do nosso Concelho. O Município irá recorrer neste período a financiamento bancário, a utilizar nos anos de 2007 e 2008. Trata-se de um recurso de gestão possível que irá garantir a concretização de alguns investimentos, sem comprometer a sustentabilidade financeira do município. Os investimentos a financiar com recurso a crédito bancário são apresentados, nas Grandes Opções do Plano, com financiamento não definido para o ano 2007.

As despesas de funcionamento e com pessoal, foram objecto de uma reflexão na organização tendo como objectivo a sua redução e adopção de diferentes métodos de trabalho, de forma a optimizar os recursos humanos, técnicos e financeiros.

Em relação às Grandes Opções do Plano, no conjunto destes quatro anos assumirá particular relevo o investimento na construção do reforço da infra-estruturas de saneamento básico, com três vírgula dois milhões de euros, representando cerca de quinze por cento. Quer através da Simarsul, quer por intervenções municipais, serão assegurados investimentos estruturantes e complementares, fundamentais para uma parte significativa do território rural. Este sector está frequentemente associado ao investimento em matéria de abastecimento de água que irá dispor de dois vírgula dois milhões de euros, representando dez vírgula cinco por cento, destinado sobretudo ao reforço e ampliação das redes.

A Educação continua a ser uma prioridade municipal, com uma afectação de dois vírgula seis milhões de euros e representando aproximadamente doze por cento. Fundamenta, referindo a necessidade de novos investimentos para o Concelho em virtude de se tratar de um território

com uma população crescente em idade escolar, bem como a necessidade de assegurar um conjunto de responsabilidades e competências atribuídas ao Município, das quais assumem particular relevância os transportes escolares, refeições escolares e ainda outras parcerias.

A Cultura e o Desporto representam cerca de doze vírgula três por cento. O apoio ao associativismo cultural e desportivo e à construção e manutenção de equipamentos constituem as principais frentes de intervenção neste período.

A qualidade do espaço público que inclui transportes, comunicações, resíduos sólidos mas também os espaços verdes e conservação da natureza, será também uma área de intervenção concertada que se inscreve no objectivo mais geral da melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

O Orçamento para o ano económico de 2007 é de quarenta vírgula seis milhões de euros. A receita proveniente dos impostos, taxas e tarifas foi calculada com a média das receitas arrecadadas nos últimos vinte e quatro meses. A afectação da receita está descrita na documentação entregue.

Face aos constrangimentos financeiros que este documento reflecte, torna-se necessário construir novas formas de trabalho na organização mas também na relação com os munícipes, com as organizações locais e com os diferentes parceiros. Será nessa relação de trabalho que encontrarão soluções criativas e inovadoras que não frustrem as expectativas dos cidadãos, mas também dos trabalhadores que, acreditam, continuarão empenhados na melhoria do serviço público que é prestado às populações.

Sr. Carlos Guinote do BE, diz que se vai abster na votação desta proposta porque, salvo um melhor entendimento, parece-lhe não ter havido um investimento suficiente ou uma atitude suficiente em relação a um grande problema que se vai colocar no futuro e que já se coloca no nosso Concelho.

É bom não esquecer que o nosso Concelho é procurado por muita gente para viver, e que gostam de cá viver, e isso trás problemas de mobilidade. E a mobilidade deve ser um assunto que nos deve prender.

Recorda que as Comissões Permanentes, criadas no âmbito desta Assembleia ao longo deste ano não reuniram e era importante que o fizessem, para debater este e outros temas de interesse para o Concelho.

Outro aspecto é o da habitação e, se a lei não se alterou, há o direito da Câmara construir habitação a custo controlado nas novas urbanizações, mas isso não tem sido feito. Os construtores podem construir o que quiserem, mas a Câmara pode ter um papel no preço da habitação para uma determinada camada da população.

Outro problema que o preocupa muito é a pobreza, deste modo gostaria de saber qual é a situação do nosso Concelho. Pergunta se existem dados para avaliar qual é o nível de pobreza no Concelho.

Termina dizendo que uma oposição capaz de ser oposição, é uma oposição que pode dar contributos. Não está na oposição para o “bota abaixo” e para criticar por criticar. Não é esta a posição do Bloco de Esquerda, que gosta de apresentar propostas. Mas, para apresentar propostas tem que conhecer a fundo os problemas e, num Concelho tão vasto como Palmela, é quase impossível com os seus próprios meios. A Assembleia Municipal tem poderes muito

limitados por isso sugere que a Câmara Municipal possa disponibilizar transporte para que os Membros da Assembleia se possam deslocar pelo Concelho e verificar a realidade e dar apoios ou criticar.

Sr. Presidente da Mesa, em relação à intervenção do Sr. Carlos Guinote tem a dizer que há uma certa razão no que diz respeito às Comissões, havendo no entanto uma honrosa excepção que é a Comissão coordenada pelo Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD que já reuniu pelo menos três ou quatro vezes este ano. É sua opinião que se deveria melhorar o funcionamento das Comissões mas isso também depende dos seus Coordenadores.

Quanto à visita ao Concelho, informa que a mesma já teria ocorrido não fosse a situação de doença da Sra. Presidente da Câmara. Espera que no princípio do ano possa vir a ser agendada. A disponibilização de transporte para os grupos é uma situação complicada e não viável.

Termina apelando para que as futuras intervenções sejam sobre o ponto em discussão.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, inicia a sua intervenção dizendo que vai fazer uma análise crítica do Orçamento para fundamentar o sentido de voto do PSD e para levantar algumas questões que gostaria de ver respondidas pelo executivo.

Refere que vai tentar ser o mais breve possível mas o ponto em discussão é o documento político mais importante do ano.

Acha que nos últimos quatro ou cinco anos melhorou muito a apresentação do orçamento municipal. Com isso melhorou muito a transparência, a facilidade de leitura, a apreciação económica e política do documento. Lamenta não ter sido possível facultar a todos os elementos da Assembleia Municipal um quadro comparativo entre as verbas deste orçamento e as verbas do orçamento inicial de 2005, tal como tem sido feito em anos anteriores.

Habituou-se a ver a Câmara de Palmela como uma Câmara que, não sendo rica, é pelo menos remediada, com músculo financeiro e andávamos à volta de um orçamento que oscilava, mais ano menos ano, pelos quarenta e sete/cinquenta milhões de euros. Relativamente a outras autarquias portuguesas este seria um orçamento de luxo. A verdade é que, neste momento, vamos ser seriamente afectados na nossa capacidade de financiamento da despesa municipal. Há dois aspectos essenciais a considerar, um é a estagnação económica prolongada do país uma vez que entramos no sétimo ano de estagnação económica e continuamos a ser os "lanternas vermelhas" numa Europa que agora é a vinte sete. A culpa não é só dos governos, nem só dos empresários. A culpa é da sociedade portuguesa, tal como está neste momento estruturada. Outro aspecto é a Lei das Finanças Locais que tem ainda poucos efeitos este ano, mas que vai ter efeitos muito graves sobre o nosso Município nos próximos anos, na medida em que tem uma opção política, muito discutível, de privilegiar a densidade populacional em relação ao território. Há despesas municipais que têm claramente a ver com o território e o território de Palmela é muito extenso.

As limitações financeiras obrigaram a Câmara Municipal a fazer um exercício de racionalização e obrigaram a explicitar melhor as suas prioridades. Recorda-se que em anos anteriores as prioridades da Câmara eram tudo, tudo era prioridade. Pareceu-lhe que neste documento as prioridades são de um lado a Educação e do outro um bloco de matérias que são a

essência da actividade municipal como é o caso do saneamento básico, os transportes, a água, a conservação dos espaços naturais e o ambiente, onde ainda existem muitas lacunas. Finalmente a Câmara Municipal fez opções mais claras embora continue a faltar uma visão estratégica e clara do que se quer para o Concelho.

Paralelamente está em vias de se concretizar a transferência de novas competências para os Municípios e daí decorrerá a necessidade de novos recursos e provavelmente a formação dos nossos recursos humanos para uma maior polivalência de funções.

O defeito básico deste Orçamento, amarrado ao que se passou no passado próximo e remoto, é como a receita diminui é o disparar percentual das despesas correntes em especial das despesas com pessoal o que se vai traduzir no notório sacrifício do investimento, o que é de lamentar. Nota com alguma inquietação, mas compreensão, a existência de um défice orçamental. De facto, há um défice orçamental do critério de activo de tesouraria em que há necessidade de financiamento bancário que se prevê no valor de dois milhões e meio de euros que é superior à divida de anos anteriores que vai ser reembolsada durante este ano.

Apesar de tudo e compulsando o orçamento das receitas, pareceu-lhe que certas receitas estavam subavaliadas: em matéria de impostos indirectos, têm uma queda brutal na ordem dos sessenta e oito vírgula três por cento. Acha que existe uma perspectiva excessivamente pessimista nesta avaliação como iremos ver ao longo do ano, quer mesmo em relação ao bloco essencial das receitas da autarquia que é o triângulo IMI/IMT/Derrama. Pensa que irá haver uma trajectória mais positiva ao longo do ano. Também desconhece o saldo a transitar de 2006 mas já lhe foi dito, na reunião preparatória, que estava todo ele absorvido por compromissos, pelo que vai ser muito baixo.

Em relação às Grandes Opções do Plano concorda com a prioridade definida para a Educação e as prioridades para o Saneamento, Abastecimento de Água, Resíduos Sólidos e Protecção do Meio Ambiente. Destacaria na Educação, o esforço da autarquia em relação aos transportes escolares porque a verba de oitocentos mil euros é muito dinheiro para esta autarquia, mas é algo fundamental num Concelho com estas características. Em matéria de Acção Social destaca pela positiva os programas dedicados às pessoas idosas.

Há alguns aspectos que considera negativos e deste modo solicita à Sra. Vice-Presidente e Srs. Vereadores que lhe sejam dadas algumas explicações. No que respeita à reabilitação e revitalização do Centro Histórico de Palmela, acha que continua a ter uma verba muito reduzida. Com esta verba e a actual lei do arrendamento, a reabilitação e recuperação do Centro Histórico continuarão a ser uma promessa adiada. Comparando com outros centros históricos do País vê que, apesar das dificuldades que outras Câmaras também têm, têm feito coisas bem melhores do que Palmela. Dá como exemplo Viseu, Castelo Branco, Viana do Castelo, para não falar em Marvão e Óbidos que têm condições muito específicas mas que têm feito programas de reabilitação muito interessantes e que podem ser um marco para serem copiados. É evidente que para isto ser feito é necessário dinheiro, mas programas destes podem ser feitos em dois mandatos. O que é facto, é que o Centro Histórico de Palmela continua ao abandono.

Gostaria também de saber em que fase está a revisão do PDM, uma vez que existe também uma verba de trinta e oito mil euros. Em sua opinião, é o documento número um para o Concelho porque todas as estratégias sectoriais dependem do PDM que vamos fazer, que queremos ou não queremos. Pretende também saber em que fase estão os Planos de Pormenor

porque no fundo é nestes planos, e no PDM, que se jogam sobre os grandes apetites económicos, os grandes interesses e a preservação, ou depredação, do nosso território.

Gostaria também de saber se não será possível um novo esforço de contenção das horas extraordinárias na Câmara Municipal. Estão programados seiscentos e oitenta e dois mil euros, o que é um valor elevado para se gastar em recursos no interior da Câmara. Impressiona-o o facto de mais de metade dos recursos sejam utilizados no interior da Câmara e não no exterior, para os munícipes e para programas para o futuro do Município.

Acha muito pouco a verba de quinze mil euros para demolição de clandestinos porque Palmela tem muitos clandestinos e esta verba é insuficiente. Não sabe o que é que a Câmara pensa fazer em termos de travar os clandestinos e de fazer demolições em 2004, uma vez que já fez alguma coisa em 2004 e 2005.

Também acha a verba de dez mil euros para a viação rural muito insuficiente, tendo já comentado em exercícios anteriores, dadas as características do Concelho.

Em sua opinião a frota de viaturas da Câmara Municipal tem que ser melhorada, uma vez que a verba afecta às viaturas e sua manutenção é enorme, pelo que deverá ser feito um esforço da melhoria da sua gestão.

Não quer deixar também de referir que acha excessiva a verba para informação e comunicação, apesar de não querer entrar em pormenores.

Gostaria de ver contempladas no Orçamento, verbas para o lançamento de estudos de uma grande operação de requalificação urbana em Pinhal Novo, uma vez que esta vila precisa de uma maior qualidade de vida. Um Polis para Pinhal Novo é uma sugestão que deveria ser pensada, até porque não se pode fazer de um momento para outro porque os financiamentos têm que vir da Câmara, do Estado e dos privados.

Refere que há que rever a política das instalações municipais face à magnitude das verbas para ocupação e conservação de instalações.

Não entende o que se quer dizer com investimentos corpóreos no valor de trezentos e oitenta e quatro vírgula duzentos e oitenta e quatro mil e quinhentos euros. Não sabe se é aquisição de software, se é aquisição de direitos de propriedade intelectual, pelo que pede explicação.

Por último e em relação aos outros trabalhos especializados, no valor de dezasseis milhões de euros, sabe que são trabalhos muito importantes, mas gostava de ter uma avaliação mínima da relação custo/benefício destes trabalhos e em que é que, fundamentalmente, são utilizados estes recursos.

Mesmo em períodos de dificuldade financeira, a política é um exercício de razão e de vontade, ao contrário do que acham os neo-liberais, os ultra-liberais e os deterministas. Nós fazemos a política dentro dos limites que existem e pode ser que nós em Portugal não tenhamos força para fazer essa política. As grandes políticas têm que ser feitas ao nível europeu, mas esse é outro motivo para discussão.

Definir prioridades a partir de uma visão estratégica é fundamental, mas acha que não se pode exigir, neste exercício orçamental, à maioria da Câmara que, simultaneamente reduza as taxas do IMI, do IMT e da Derrama, se abstenha de recorrer ao crédito e que incremente o investimento.

Neste ano com menos recursos vai ter que fazer mais e melhor, pelo que exigem à Câmara um esforço acrescido de rigor e coerência e ficam à espera das soluções inovadoras que prometem.

Termina dizendo que como este documento não espelha a política do PSD, não irão votar contra porque o documento não merece que o façam mas vão abster-se na votação.

Sr. José Manuel Silvério do PS, refere que o documento se pode analisar por duas perspectivas. Uma é a de pensar ingenuamente que se pode dar algum contributo, ficando o mesmo apenas registado em acta. Outra perspectiva é ser de facto, nu e cru e dizer aquilo que efectivamente nos separa, que é o não acreditarem ser este o caminho traçado pelo executivo e que faça boa viagem, mas vai sozinho no que depender do Partido Socialista por esse caminho.

Na sua perspectiva não vale a pena analisar o documento com profundeza.

Nas Grandes Opções do Plano tudo isto não passa de um plano de intenções. Não há uma estratégia para corresponder às legítimas necessidades do Concelho e dos seus munícipes. As obras têm vindo a saltar de ano para ano e assim hão-de continuar e, para verificar isso basta consultar os documentos dos anos anteriores. Mesmo a obra que a Câmara quis passar para a comunicação social como o grande investimento para 2007, três vírgula dois milhões de euros no saneamento, é em grande parte para serem gastos nas AUGI e, assim, corrigir os gravíssimos erros de uma má gestão de trinta anos deste executivo. Em sua opinião, este executivo vai ficar para a posteridade, por ter colocado o Concelho de Palmela em primeiro lugar no País, em área coberta por clandestinos, para no futuro criar mais AUGI e dependência de pessoas para com a Câmara, tendo desta forma já ultrapassado a Câmara de Loures.

Para o futuro, deixa uma proposta em relação às Grandes Opções do Plano, para que dê uma oportunidade aos partidos representados na Assembleia, no sentido de permitirem que estes apresentem contributos e novas ideias para as Grandes Opções do Plano. Se deixaram daqueles que considera que fariam falta, se fossem efectivamente orçamentos participativos e não apenas orçamentos informativos como aquilo que a Câmara faz, verão que existem ideias novas de coisas que este executivo já não tem.

Em relação ao Orçamento para 2007, como todos sabem, trata-se de um orçamento virtual que nem vale a pena discutir. O Orçamento de cada ano deveria ter sempre o objectivo de dar um passo em frente, este Orçamento dá dois passos atrás. Nos Orçamentos desta Câmara nunca se nota uma intenção objectiva e concreta, de haver uma reestruturação orgânica para modernizar a Câmara Municipal de Palmela, o que aditaria entre outros as derrapagens constantes, todos os anos, nas horas extraordinárias previstas. Fala a proposta que há estudos em curso e é do seu conhecimento, por documento entregue em Junho aos vereadores da oposição, que havia uma empresa que estava a fazer um estudo.

Nas receitas previstas em Orçamento todos os anos a Câmara faz uma subavaliação, ou seja, avalia por baixo com o intuito de se fazer vítima e ganhar margem de manobra para os percalços de gestão e, como exemplo, temos o Orçamento deste ano. A previsão do Orçamento para 2006 era de quarenta e seis vírgula cinco milhões de euros e a Sra. Presidente andou nas reuniões do orçamento participativo do ano passado, com um pouco mais de convicção que este ano, a dizer às populações que iria haver um corte de treze milhões de euros. O Orçamento final de 2006, dito pelo Executivo, é de quarenta e nove vírgula sete milhões de euros, ou seja, muito

acima do previsto. Pergunta o que têm a dizer sobre isto uma vez que esta situação se repete todos os anos.

Vão votar contra esta proposta porque têm uma visão para o Concelho onde não se acentuam as assimetrias entre as localidades. Um Concelho que nos últimos vinte anos teve potencialidades económicas únicas e maiorias confortáveis, que teve Orçamentos em média dos quarenta e oito aos cinquenta milhões de euros, que tem apenas cinco freguesias, tem coisas do terceiro mundo. É exemplo disso a freguesia do Poceirão que nem um parque infantil tem.

Isto é uma questão de confiança, lamenta ter de o dizer mas é objectivo, concreto e leal e diz o que tem que dizer. Pessoalmente não pode confiar no Executivo da Câmara, presidido pela Dra. Ana Teresa Vicente, porque o PCP é que originou toda esta situação. Ninguém sabe se amanhã o Partido Comunista Português vem dizer que a Dra. Ana Teresa Vicente é uma boa pessoa, mas não é pessoa boa para dirigir esta Câmara. Como não sabe se isso vai acontecer não pode confiar nesta Câmara.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD, em relação ao funcionamento das Comissões Permanentes, e à intervenção do Sr. Carlos Guinote, refere que o Regulamento prevê que os Membros da Assembleia possam questionar as Comissões e assim sendo elas funcionariam obrigatoriamente.

Não é do seu conhecimento que o Sr. Carlos Guinote tenha questionado alguma Comissão, nomeadamente aquela que tem o gosto de coordenar.

Em relação a esta questão termina dizendo que os Membros da Assembleia são a ignição das Comissões.

Relativamente ao Orçamento 2007, e após analisar os números, preocupa-o o facto de estar previsto vir a existir um aumento de competências a atribuir às Câmaras Municipais. Verifica-se já neste Orçamento, um aumento da despesa com pessoal que se situa nos quarenta e três vírgula sete por cento. Este aumento de despesas com pessoal de certeza que não está a contar com as atribuições que vêm para a Câmara, uma vez que relativamente a essas, a não ser que já haja pessoal destacado para as resolver, o pessoal especializado nessas outras questões terá também ele que ser contratado. Isto vai ter como consequência a diminuição de investimento, ou seja temos que pagar actualmente ao pessoal quarenta e três vírgula sete por cento do Orçamento e temos para investimento quarenta e três vírgula quatro. A obra que se possa vir a fazer no Concelho, incluída neste investimento, já é menor que a despesa que a Câmara Municipal tem com os vencimentos. A acrescentar a isto a atribuição de novas competências, supõe-se que também haja a aquisição de serviços de pessoal especializado nessas outras competências, ou seja, a entrada de novo pessoal para a Câmara Municipal. É uma questão muito preocupante e a Câmara deveria ter atenção a este crescimento da despesa com pessoal que vai obrigatoriamente prejudicar todos os munícipes porque a despesa com investimento vai diminuir.

Na área de Ambiente gostaria de colocar duas questões. Em relação à limpeza de valas diz que temos vários quilómetros de valas, nomeadamente a Salgueirinha, onde é necessária a limpeza e desobstrução, competindo à Câmara Municipal fazê-lo nos perímetros urbanos. Acha que a verba de trinta e cinco mil euros é deveras insuficiente para o fazer. A outra questão que muito o preocupa é a das águas subterrâneas. Verifica-se nesta proposta de Orçamento que há um investimento de cento e noventa e cinco mil e trezentos euros em águas subterrâneas. Sendo

a sua especialização nesta área, questiona-se se haverá algum problema de qualidade da água no Município de Palmela ou haverá algum problema de quantidade. Pergunta quantas captações estão previstas e porquê? Serão para abastecer ou reforçar? Serão problemas de qualidade à profundidade das captações actuais ou serão problemas de quantidade? É uma questão de gestão do aquífero que mais tarde ou mais cedo será competência da Câmara Municipal e que é uma questão de gestão de um bem que cada vez é mais escasso e com menos qualidade. Termina perguntando o porquê do aumento de investimento nas captações subterrâneas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Vice-Presidente da Câmara se quer responder às questões colocadas.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, pede autorização para ser o Sr. Vereador Adilo Costa prestar esclarecimentos uma vez que a área financeira é da sua responsabilidade, sem prejuízo de intervir posteriormente para questões mais gerais.

Sr. Vereador Adilo Costa, apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação às despesas com pessoal tem a dizer que contrariamente àquilo que foi referido por alguns dos Srs. Membros da Assembleia, nomeadamente pelo Dr. Bracinha Vieira e Eng. Fernando Nascimento, elas reduzem. A variação actual entre 2006 e 2007 é de menos um vírgula seis por cento. Há uma redução nas remunerações certas e permanentes, o mesmo em relação ao pessoal contratado a termo.

Há também uma redução substancial, de menos dezassete vírgula nove por cento, em relação ao pessoal em regime de tarefa ou avença. Há ainda uma redução muito substancial em relação ao trabalho extraordinário. A evolução do trabalho extraordinário tem sido feita da seguinte forma: em 2004 foi no valor de um vírgula três milhões, um milhão em 2005, em 2006 foram oitocentos mil e, para 2007, passa-se para seiscentos e oitenta mil. Como se pode constatar, tem-se vindo sempre a reduzir e é intenção da Câmara Municipal continuar a reduzir o trabalho extraordinário, sendo que é impossível reduzir a um valor que não corresponda às necessidades da nossa autarquia.

Refere ainda o aumento de um vírgula quatro por cento, em relação às despesas com a Segurança Social, ou seja, passou-se da dotação de dois vírgula dois milhões, para dois vírgula sete milhões, que é decorrente da aplicação da lei.

Os encargos com a saúde, preocupação muito grande da autarquia, têm também um valor muito elevado, passando-se de uma dotação de trezentos e trinta e cinco mil em 2006 para uma realidade, ainda em 2006, de oitocentos e quarenta e cinco mil que foi um aumento real muito grande. Para 2007, pensa-se reduzir para setecentos mil, ainda assim uma redução de dezassete vírgula dois por cento.

Apesar destes aumentos a que somos forçados por determinação legal, existe um esforço camarário na redução. Não vai haver mais pessoal, por determinação legal, nem vai haver maior massa salarial e em relação às horas extraordinárias o decréscimo é substancial, a tal ponto que terá de cobrir os outros aumentos quer pela saúde quer pela segurança social.

Em relação á questão dos impostos, taxas e tarifas diz que são calculados com base na média dos últimos vinte e quatro meses e é uma imposição que advém das regras do POCAL.

Ainda assim, e contrariamente aquilo que diz o Sr. José Manuel Silvério, o executivo não faz subavaliação porque têm que ser seguidas as regras do POCAL. Em relação ao IMI diz que é igual ao IMI de 2006, no valor de seis vírgula cinco milhões. Quanto ao Imposto sobre Veículos tem um aumento de zero vírgula um milhão, em 2006 zero vírgula sete e, em 2007, zero vírgula oito. O IMT teve quatro e passa para cinco vírgula três milhões e a Derrama mantêm-se igual. Em relação ao IMI diz que este é inferior à Contribuição Autárquica de 2002. Em relação aos impostos indirectos, pensavam que tinham mais e fundamentaram um valor de seis vírgula dois milhões mas, devido à crise económica que grassa no País, e que Palmela não é excepção, fez com que entrasse um vírgula cinco milhões, à data em que reuniram com os líderes de bancada da Assembleia Municipal. Desde essa altura entraram mais um vírgula cinco milhões o que significa cerca de três milhões, ainda assim um valor mais baixo do que o previsto. Por tudo isto, e sendo realistas, para 2007 teremos dois vírgula um milhões em impostos indirectos.

Quanto à questão do Sr. Fernando Nascimento, tem a dizer que a Câmara Municipal tem feito a limpeza de valas. Em relação às águas subterrâneas os cento e noventa e cinco mil euros dizem respeito a duas obras fundamentais que são o reforço do abastecimento de água a Palmela – 2ª. Fase, que começou há dias, e o reforço do abastecimento de água a Pinhal Novo.

Não vai comentar questões de estratégia porque será a Sra. Vice-Presidente a fazê-lo.

Em relação aos activos incorpóreos, questão levantada pelo Sr. Dr. Bracinha Vieira, tem a dizer que estas verbas são destinadas essencialmente aos Planos de Ordenamento.

Quanto à intervenção do Sr. Carlos Guinote sobre a questão da pobreza diz que existem alguns focos de pobreza na área do Município mas, em termos financeiros, esta situação é perversa uma vez que a capitação do nosso Município é de um vírgula vinte cinco vezes superior à média nacional. Esta situação não se passa só em Palmela mas também em toda a Área Metropolitana de Lisboa. Pelo facto de nos terem retirado zero vírgula quatro milhões de euros anuais da diferença das transferências do Estado, faz com que sejamos contribuintes líquidos de outros municípios. Até agora a contribuição líquida era feita através do Orçamento Geral do Estado, o próprio Estado compensava o desnivelamento que existe entre os municípios. Neste momento cabe aos municípios fazerem essa compensação. Apesar da capitação ser superior a um vírgula vinte e cinco não quererá dizer que todos os nossos munícipes estejam capitados neste valor. Os focos de pobreza existentes já são do conhecimento da autarquia e dos serviços da Segurança Social.

No que respeita ao exercício de racionalização e à definição de prioridades referidas pelo Sr. Dr. Bracinha Vieira, tem a dizer que está a ser feito, podendo não ser a Educação em primeiro lugar, mas o Saneamento com verbas muito semelhantes. Infelizmente, o "bolo" é menor e daí ter que se recorrer ao financiamento. Felizmente a situação de crédito é favorável para o Município permitindo esse financiamento, e até permitiria muito mais do que o financiamento que se está a prever, mas há que fazê-lo com moderação e dar um passo de cada vez.

Voltando ainda à questão das receitas subavaliadas, refere que seria bom que os números viessem demonstrar o contrário, mas foi com honestidade que se colocaram estes números, com base no contacto permanente que é mantido com a Repartição de Finanças em Palmela. Em relação ao IMI, e à recente redução da taxa no Centro Histórico, foi verificado que o mesmo poderia ser feito, sendo Palmela o primeiro Concelho a poder concretizar essa redução.

Quanto ao saldo transitado diz que é baixo, não vai ser o saldo de gerência que transitou de 2005 para 2006 no valor de três vírgula um milhões.

O valor elevado dos Transportes Escolares tem a ver com o facto do território do Concelho de Palmela ser muito vasto e dos meninos serem transportados à escola de todas as maneiras, até de táxi.

Em relação à recuperação e revitalização do Centro Histórico existe um aumento em relação a 2006, de todo o modo esta questão foi enquadrada no QREN. Apesar de ser um grande defensor do Centro Histórico reconhece que é muito difícil, num território com quatrocentos e sessenta e dois quilómetros quadrados, em que há um conjunto de necessidades muito prementes, ver o nosso Centro Histórico como se fosse o de Óbidos ou doutra localidade porque é muito difícil essa comparação. No entanto, em relação ao QREN esperamos que haja condições para contemplarmos muitas medidas importantes para o Centro Histórico de Palmela e até para o Castelo.

Termina a sua intervenção dizendo que os Planos Municipais de Ordenamento do Território estão em curso, quer o PDM quer os Planos de Urbanização e os Planos de Pormenor. A sua evolução poderá ser consultada na página vinte e três e seguintes do relatório da actividade municipal. Há uma questão essencial que se prende com o andamento que a CCDRLVT dá a estes planos; sem esta entidade dar o impulso necessário a Câmara Municipal não pode avançar.

Sra. Vice-Presidente da Câmara menciona que há pelo menos uma das questões que foram abordadas pelos Srs. Membros que intervieram a que gostaria de se referir. Esta explicação já foi feita em outras ocasiões, no entanto, gostaria de dizer que é um facto, a Câmara Municipal consumir muitos recursos para o funcionamento interno. Refere que gostariam de ter muitos mais recursos mas percebe que as pessoas, às vezes, não estão a avaliar bem quais são esses recursos. Dá como exemplo á área da Educação onde, em relação há três anos atrás, estão a trabalhar mais sessenta pessoas que estão colocadas nos refeitórios escolares, nos jardins de infância como auxiliares de educação, a dar apoio nas refeições às crianças, entre outros. Para além disso temos as Bibliotecas, e outros serviços que apesar de estarem a trabalhar no interior da Câmara estão vocacionados para servir a população. Apesar de já serem muitos trabalhadores novos existem diariamente solicitações, que são do conhecimento dos Srs. Presidentes das Juntas, para se contratarem mais auxiliares para as escolas.

Em relação à pergunta do Sr. Dr. Bracinha Vieira sobre os "Outros Trabalhos Especializados" diz que se refere ao pagamento à Simarsul, que são despesas de tratamento de efluentes, no valor de um milhão quinhentos e cinquenta mil euros, a iluminação pública são setecentos mil euros e, à Amarsul são setecentos e cinquenta mil euros. Os planos de actividade dos diferentes programas culturais, sociais e económicos também representam uma fatia mínima que, neste caso, são seiscentos e trinta e três mil.

Em relação a outras questões colocadas, nomeadamente as despesas com pessoal, o Sr. Vereador Adilo Costa já prestou esclarecimentos mas deve ficar claro que não se está a propor o aumento das despesas com pessoal, mas sim uma redução. Informa que já se conseguiu reduzir as horas extraordinárias e também já terminaram algumas assessorias. No entanto há trabalhos que têm que ser feitos forçosamente fora da hora de trabalho, e ao considerar-se esses trabalhos importantes não podem haver horas extraordinárias a zero. Exemplo disso é o apoio que é dado à

realização desta Assembleia, bem assim como a abertura e funcionamento de equipamentos que acolhem a realização das mais diversas actividades, sejam elas de índole cultural ou outras.

Refere ainda que está a ser feito um estudo à Estrutura Orgânica da Câmara, trabalho esse que foi adjudicado a uma empresa da especialidade, que tem estado a trabalhar com os serviços, seus dirigentes e autarcas esperando que no início do ano já haja uma proposta de Estrutura Orgânica tendo em conta a nova realidade da Câmara Municipal.

O Plano e Orçamento para quatro anos baseia-se em regras da actual Lei das Finanças Locais, mas é com muita pena que, para além das questões que aqui foram colocadas, ainda teria mais questões a colocar. Se houvesse verbas para um Orçamento diferente, naturalmente não se faria a anulação do projecto da construção do novo edifício da Administração Urbanística, que estava programado para as traseiras do edifício dos Paços do Concelho. Foi também adiada a proposta de remodelação do edifício dos Paços do Concelho e não se prevê financiamento de novas viaturas para os Associações de Bombeiros.

Têm consciência que o parque de máquinas e viaturas é pesado em termos orçamentais, até porque os Transportes Escolares, sendo um bom investimento nos meninos, são um problema muito grande para a Câmara Municipal. Se, por um lado se beneficiam os alunos, por outro lado pode-se estar a prejudicar a população, porque os transportadores não investem e fazem um trabalho cada vez menos activo na circulação de transportes públicos no Concelho. Ainda há pouco tempo realizou-se uma reunião com os TST onde se fizeram propostas concretas que praticamente seriam pagas pelos Transportes Escolares. Seriam carreiras novas que serviriam as novas estações de caminhos-de-ferro mas que, com a política de que só se faz aquilo que é rentável, é muito difícil convencer as empresas.

Entre outros adiamentos de obras, refere a anulação da empreitada de recuperação do Cine-Teatro São João, algumas intervenções arqueológicas, a construção de pavilhões desportivos e o 5º Encontro de Ordens Militares que, não sendo uma iniciativa de massas tem muita importância do ponto de vista científico, sendo reconhecida a nível internacional.

Reconhece que algumas das questões colocadas têm razão de ser, uma vez que as verbas são insuficientes nalgumas áreas e estão muito longe de atingir aquilo que é normal e desejável. No entanto, se o Orçamento fosse diferente poderiam fazer coisas diferentes porque iniciativas não faltam, o que falta são as condições para trabalhar melhor, tendo em conta as receitas.

Sr. Presidente da Mesa pergunta se mais alguém pretende intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que os membros desta Assembleia Municipal, homens e mulheres, são pessoas extremamente preocupadas com a coisa pública na sua esfera de competências e quer com isto dizer que os números não são a sua “arte”, tendo estado a ouvir todas as intervenções com muita atenção. Houve trabalho feito em casa, até para ter uma compreensão e uma intervenção na autarquia que fosse fiável, honesta e que correspondesse à confiança de quem votou e que obriga a uma oposição construtiva e colaborante.

Com certeza já sabem o sentido de voto do Partido Socialista que foi brilhantemente esgrimido, apresentado, defendido pelos nossos Vereadores em que, de facto, o tratamento dos números foi levado quase à exaustão.

Para os Membros da Assembleia Municipal o que ressalta é a coisa pública, a vivência, as opções, os planos estratégicos que esta Câmara entende implementar.

Sendo um homem quase de contas de mercearia, entre o deve e o haver, tem que ficar com qualquer coisa na algibeira todos os meses para precaver o futuro e trazer qualidade de vida. Isto pelo menos é uma planificação mínima que deve estar subjacente a todos nós com o risco de não termos soluções. Do tipo de análise que consegue fazer saltam dois pontos nucleares, que a Sra. Vice-Presidente, os Srs. Vereadores e todos os Membros da Assembleia que aqui intervieram não contradizem o que pensa: há de facto neste Orçamento um maior rigor orçamental, e contenção, da estrutura pesada da Câmara. De qualquer maneira também queria fazer uma ressalva em relação ao quadro resumo, porque teve que pedir ajuda porque a nível das Receitas é comparado o Orçamento final de 2006 com o de 2007, ainda sem as várias revisões orçamentais. Acha que se está a comparar o que não é comparável.

Refere duas intervenções efectuadas no Congresso da ANMP, uma de Carlos Carvalhas e outra de Vital Moreira, que foram notáveis. Carlos Carvalhas falou na dieta anoréctica do Orçamento Geral de Estado. Em medicina usa-se, por vezes, uma dieta anoréctica quando por vezes a obesidade é incómoda e pode levar a hipertensão e a doenças acrescidas. E parece que esta dieta anoréctica teve resultados positivos uma vez que há uma redução substantiva dos dinheiros que chegam às autarquias, pela nova Lei das Finanças Locais. Foi aqui dito pela Sra. Vice-Presidente que as receitas do Estado, percentualmente, até tiveram um aumento e isto é o jogo das contas, que já não são de merceeiro, e que em números redondos rondaram os quinhentos mil euros mas que levaram a um maior rigor orçamental. Por sua vez Vital Moreira disse uma coisa interessantíssima que até tomou nota: *"…só se tem verdadeiramente democracia e o poder autárquico só se reforça com mais, mais, mais e mais descentralização …"* e disse ainda: *"… há que ter coragem de exigir essa descentralização, há que ter coragem de, em nome dessa democracia e dessa força de poder local, os Municípios exigirem essa descentralização e as competentes contrapartidas …".*

Foi aqui dito que um euro investido no Poder Local vale muito mais que muitos euros investidos no Poder Central, e esta lógica é inegável e todos nós comungamos dela. O que é interessante é quando se lê uma entrevista do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela em que se mostra extremamente preocupado com a saúde, com a educação, com a 3ª. Idade e refere várias vezes o Poder Central. Diz que não nos podemos menorizar, porque temos que nos assumir como o garante de um Portugal Democrático onde o Poder Autárquico tem que ter cada vez mais força através da descentralização. Não podemos rebater a bola para o Poder Central mas antes pelo contrário queremos responsabilidades, queremos as verbas correspondentes, queremos intervir junto às populações porque aqui se provou que o dinheiro a nível autárquico rende e gera muito mais riqueza e muito mais investimento. Muito mais riqueza e muito mais investimento que a CDU, com o seu paradigma de governação, não tem sido capaz. No tempo das vacas gordas era tudo, a Câmara Municipal apoiava tudo e mais que fosse e até substituía a actividades associativas porque havia dinheiro. Era um Orçamento de uma Câmara rica com cinquenta milhões de euros, mas esqueceram-se dos dias difíceis. Não criaram riqueza, não investiram, não requalificaram o seu pessoal. Neste momento, perante uma dieta anoréctica são forçados a um rigor orçamental a que não estavam habituados e que reconhecemos. Foram forçados a essa situação e isso não corresponde a um planeamento estratégico. Durante estes

trinta anos de gestão CDU não tem havido um planeamento estratégico, não há um acautelar de futuro, há sim uma navegação à vista. Em todos estes anos nunca foram accionados os mecanismos previstos por lei, que prevêem que as populações se façam ouvir de uma forma categórica sobre matérias estruturantes e transversais a todo o Concelho. Temos um folclore de Orçamento Participativo mas nunca se lembraram de uma figura que está prevista na Constituição que são os referendos locais. Se fossem usados, reforçavam as posições da Câmara em tomadas de posição perante o Governo Central. Nunca usaram essa possibilidade porque é mais fácil esperar que venha o dinheiro, e se não vem, há que fomentar o desagrado das populações.

Temos que falar verdade e é assim que deve ser gerida a coisa pública, com verdade, sem iludir ninguém. Se assim fosse, conseguíamos ser enérgicos, reforçar o Poder Local, obrigar o Poder Central a articular-se com o poder autárquico que está subjacente à boa qualidade de vida que queremos para todos os concelhos e para este em particular.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 14 votos a favor da CDU, 6 votos contra do PS e 6 abstenções (4 PSD, 1 CDU e 1 BE). Aprovado em minuta.

3 – Alteração aos Protocolos de Delegação de Competências celebrados entre a Câmara Municipal de as Juntas de Freguesia do Concelho

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Vice-Presidente se quer prestar algum esclarecimento.

Sra. Vice-Presidente, diz que aguarda que sejam colocadas questões concretas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

4 – Aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências celebrado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Poceirão

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. José Manuel Silvério do PS, em relação a este aditamento tem a dizer que era uma aspiração da freguesia de Poceirão já de há muito tempo. Estava provado há muito que a Câmara não correspondia ao cumprimento do seu dever na recolha atempada daqueles resíduos de grande dimensão (monos). Bastava verificar o que acontecia junto ao pólo escolar do Poceirão que era, e ainda é uma vergonha, onde os contentores transbordam permanentemente de lixo, semanas e semanas.

Com este protocolo, a Junta de Freguesia irá decerto exercer uma melhor fiscalização naqueles contentores e noutros, onde é colocado lixo indevido, como o de obras de construção vindas de fora da freguesia de Poceirão.

Embora vá votar favoravelmente, acha que o protocolo deveria fazer referência à forma concertada entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de aplicação de eventuais contra-ordenações, quando se verificar atentados ao ambiente sobre aquela matéria. Pergunta como é que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia vão autuar aquelas pessoas que vão descarregar entulhos de obras que vêm de fora da freguesia.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se a Sra. Vice-Presidente pretende responder.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, diz que este aditamento poderá ainda não ser o ideal e, no futuro, com a experiência, poderá sofrer as alterações que assim sejam entendidas.

A par da Junta de Freguesia de Poceirão também a Junta de Freguesia de Marateca tinha vindo a colocar esta aspiração, não tendo sido possível trazer a esta sessão proposta semelhante, o que será feito em tempo oportuno numa próxima sessão desta Assembleia.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

5 – Parecer relativo à solicitação de isenção total ou parcial do Imposto Municipal sobre Imóveis, por parte da empresa Inapal Metal, SA

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Vice-Presidente se quer aduzir alguns esclarecimentos à proposta.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimento.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. José Manuel Silvério do PS gostaria de fazer uma pergunta à Câmara sobre este Parecer. O Decreto-lei regulamenta os benefícios fiscais e é claro quando diz que *"…trata-se de*

benefícios de natureza excepcional com carácter temporário …" mas a Câmara nunca se refere a compromissos com datas, nestas propostas. Pretende saber o porquê.

Sra. Vice-Presidente da Câmara, respondendo diz que esta redução é sempre na base do contrato que o Governo português tem com a referida empresa.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

6 – Cedência de parcela de terreno sita em Outeiro – Palmela, onde se encontra implantado o Centro de Saúde de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Vice-Presidente se quer prestar algum esclarecimento.

Sra. Vice-Presidente, diz que aguarda que sejam colocadas questões concretas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

7 – Minuta do contrato de cedência à Simarsul das infra-estruturas de saneamento do Município de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Vice-Presidente se quer prestar algum esclarecimento.

Sra. Vice-Presidente, diz que aguarda que sejam colocadas questões concretas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 do BE). Aprovado em minuta.

Antes de dar por terminada a sessão o **Sr. Presidente da Mesa** apresenta a todos os presentes os melhores votos de Boas Festas.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 01,10 horas do dia 20 de Dezembro de 2006, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 20 de Dezembro de 2006